

# Superior Tribunal de Justiça

## CARTA ROGATÓRIA Nº 14.721 - PE (2019/0182702-0)

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**JUSROGANTE** : DECIMA QUINTA FISCALIA PROVINCIAL PENAL DEL  
DISTRITO FISCAL DE LIMA  
**INTERES.** : M R F S  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL  
**A.CENTRAL** : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

### DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça peruana solicita que se proceda à citação da parte interessada de acusação pela suposta prática de crime contra família (fls. 16-22).

A parte interessada foi intimada, mas não apresentou impugnação (fls. 50-52).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, manifestou-se contrariamente à concessão do *exequatur*, em razão da falta de citação válida (fls. 56-60).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem e pela improcedência da manifestação da curadoria especial (fl. 63).

É o relatório. Decido.

Não merecem prosperar os argumentos da curadoria especial.

A intimação prévia é procedimento preliminar da concessão do *exequatur*. Em seguida, os autos são remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. Assim, possibilitam-se novas oportunidades à parte interessada para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

No mais, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur*.**

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária de Roraima, para as providências cabíveis.**

**Cumpra-se a diligência em 60 dias.**

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

